

concentra-se nos sinais de credibilidade ou na problemática da razoabilidade da fé. As opções são claras e lógicas – talvez demasiado claras e demasiado lógicas... – apoiando-se bastante na «objectividade» dos sinais. Por isso, parece-me uma abordagem – mesmo que muito válida e de notável precisão argumentativa – ainda muito presa à questão racionalista, a ponto de não abandonar os esquemas de pensamento originados pelo próprio racionalismo (seria bom confrontar com a crítica perspicaz elaborada por Pierangelo Sequeri, na introdução ao seu magistral *Il Dio affidabile*).

À concepção da fé como dom de Deus corresponde a dimensão da sua «sobrenaturalidade». Trata-se de uma abordagem importante, pois promete libertar a noção de fé da sua prisão racionalista. A temática da liberdade humana ocupa, aí, um lugar eminente. De qualquer modo, parece tratar-se de um capítulo a desenvolver posteriormente – mesmo que, já aqui, seja retomado no capítulo seguinte, sobre a «analysis fidei», deixada de lado na abordagem histórica – sobretudo em debate com a forma como a teologia, a partir, entre outros, de Henri de Lubac, pode colocar a questão da relação entre natural e sobrenatural. Isso permitiria, também, mitigar certas críticas feitas a Rahner, porque elaboradas a partir de outros pressupostos.

A obra termina com a abordagem da relação entre fé e salvação, sobretudo como tematização do papel da graça e da resposta humana. Em realidade, estes três últimos capítulos cruzam a teologia da fé com a teologia da graça e da liberdade, isto é, com o problema mais complexo da antropologia teológica – o que é compreensível e manifesta a abrangência do tratado *de fide*.

Trata-se de uma obra que procura reafirmar as posições clássicas, relativamente

à teologia da fé, frente a certas tentativas «desviantes» propostas por teologias mais recentes. Essa opção marca, na minha humilde leitura, a sua grandeza e o seu limite. A sua grandeza reside em colocar de forma claríssima e argumentativamente bem fundamentada a pertinência das formulações tradicionais e de, a partir dessa perspectiva, abordar sem medos críticos alguns problemas de teologias posteriores. O seu limite resulta de que tudo é julgado a partir de uma perspectiva que pode tornar-se demasiado estreita e, por isso mesmo, incapaz de avaliar positivamente contributos diferentes dos tradicionais. De qualquer modo, é uma obra de grande utilidade académica e muito esclarecedora para quem pretender penetrar na complexa questão aqui estudada.

JOÃO DUQUE

RATZINGER, Joseph – MAIER, Hans, *¿Democracia en la Iglesia?*, 2ª reimpr., col. «Magister», San Pablo, Madrid, 2005, 111 p., 210 x 140, ISBN 84-285-2791-1.

A recente eleição do actual Papa proporcionou a reedição destes dois estudos sobre um tema polémico, a democratização interna da Igreja. Este trabalho do teólogo Joseph Ratzinger em colaboração com Hans Maier, ministro da cultura bávaro, tinha, no original alemão de 1970, um título apelativo: «Democracia na Igreja. Possibilidades, Fronteiras, Perigos».

Esta reflexão teológica e filosófica situava-se num contexto não só temporal mas também geográfico: a discussão sobre a possibilidade de uma *Lex Fundamentalis Ecclesiae* (uma espécie de constituição da Igreja) e a petição de «sínodos nacionais» que governassem a Igreja de cada país.

Ora esta intenção de aplicar estruturas e métodos democráticos na organização da Igreja implica saber o que é a democracia (sua dimensão social e política) e o que a faz desejável, o que têm em comum e o que distingue o ser e a organização das Nações e da Igreja. O regime eclesiástico não ocupa, na estrutura e construção da igreja, o mesmo lugar que têm as instituições estatais na comunidade política. O fim da Igreja não está nela mesma, mas no Evangelho. A Igreja não pode nem deve transformar-se numa democracia de partidos.

Vários elementos da eclesiologia conciliar podem sugerir uma interpretação e vivência democráticas: os conceitos de fraternidade e de organização, a compreensão funcional da autoridade, carisma, povo de Deus e «estrutura sinodal» da Igreja. Mas as formas e possibilidades democráticas devem ter sempre em conta o peculiar da mensagem evangélica e o que corresponde ao ministério ordenado; devem conciliar a subjectividade de cada comunidade concreta com a sua pertença à catolicidade, assim como a doutrina sobre o conteúdo da fé nas diversas comunidades eclesiais com a participação dos seus membros. A delimitação do raio de acção da autoridade espiritual pode abrir caminho à liberdade dos fieis. A estrutura colegial da autoridade eclesial e a «voz do povo» como instância da Igreja não implicam a radicalização dos ideais democráticos e a provisão dos cargos eclesiásticos mediante eleições!

Apesar de datadas, estas reflexões de teologia e ciência política continuam actuais.

A. SEPÚLVEDA

MORI, Geraldo Luiz De, **Le temps: énigme des hommes, mystère de Dieu**, Préface de Christoph THEOBALD,

col. «Cogitatio Fidei», Les Éditions du Cerf, Paris, 2006, VIII+392 p., 210 x 135, ISBN (10) 2-204-08086-1, ISBN (13) 978-2-2040-8086-6, ISSN 0587-6036.

O livro que aqui se apresenta tem na base uma dissertação de doutoramento nas faculdades do Centre Sèvres, de Paris, da Companhia de Jesus, defendida em 2002. O autor, ele mesmo jesuíta, detém, como relevante para o caso, antes de mais, a dupla condição de brasileiro e estudante-investigador na Europa. A grande originalidade do seu texto – seja dito, desde já, de excelente nível filosófico e teológico – decorre, em primeiro lugar, da feliz ideia, condutora de todo o discurso, de obter e apresentar uma inovadora compreensão do mistério do tempo na base da síntese teórico-prática – ao mesmo tempo que filosófico-teológica e hermenêutico-literária (poética) – entre a compreensão do tempo de grandes pensadores europeus (com destaque para M. Heidegger e, sobretudo, para P. Ricoeur) e a sua compreensão (muito mais poética e vivencial) pelo povo brasileiro.

Na sua longa meditação, Geraldo de Mori parte das interrogações levantadas pela pós-modernidade para a estreita ligação que encontra entre a questão do tempo e a modernidade. Convicto (sob influência de Ricoeur) de que o tempo, muito mais que realidade abstracta ou meramente cósmica ou apenas mental e subjectiva, é algo que tem fortes incidências sobre a vida das pessoas concretas, no plano individual como no colectivo e cultural, compreende-se que, também na senda de Ricoeur, tenha optado pela compreensão do tempo a partir da narratividade (tal como é descrita nomeadamente em *Temps et récit*).

Por outro lado, tendo em vista uma filosofia-teologia do tempo a elaborar no modo da síntese atrás referida, e procurando